

Pesquisas de uso do tempo: enfocando o trabalho de cuidado não remunerado no Brasil

Letícia Graça Generoso Pereira

Tainari Taioka

Amanda Martinho Resende

Luiza Nassif Pires

Resumo

Pesquisas de uso do tempo são um marco no que se refere à produção adequada de estatísticas sobre desigualdades estruturais, em particular, a desigualdade de gênero. Entre outras vantagens, elas permitem visibilizar o trabalho das mulheres e sua contribuição para o desenvolvimento econômico da forma mais ampla, inclusiva e rigorosa possível; fornecer informações capazes de dimensionar a pobreza de tempo, associada à feminização e à racialização da pobreza de renda; e viabilizar a formulação de políticas públicas baseadas em evidência, orientando a Política Nacional de Cuidados. O reconhecimento do trabalho não remunerado de cuidado é um importante passo em direção à redução e redistribuição do ônus da responsabilidade pela oferta de cuidado no Brasil, bem como à garantia de recompensa adequada aos prestadores desse serviço essencial. Isso passa pelo fortalecimento da infraestrutura social de cuidado financiada pelo Estado e pela promoção de uma maior equidade de gênero no âmbito familiar. Por essas razões, com base nas recomendações da ONU no que se refere às vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de pesquisa utilizadas para medir o trabalho não remunerado de cuidado, explicitamos o panorama da situação no Brasil quanto à disponibilidade, ou melhor, escassez de dados sobre esse tipo de trabalho. Apontamos, por fim, a formação de um consenso a respeito da necessidade de produção de estatísticas mais precisas e detalhadas sobre o tema, em particular, por meio da instituição de uma pesquisa de uso do tempo, a ser realizada periodicamente em nosso país.

1. Introdução

Para construir um novo modelo de sociedade, em que se considere o compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidado, é necessário reconhecer o trabalho reprodutivo¹ não remunerado como constitutivo da esfera produtiva e, portanto, fundamental para a economia². O trabalho de cuidado engloba uma série de atividades necessárias para a reprodução da vida, que incluem o cuidado direto, por exemplo, alimentar uma pessoa idosa, ajudar uma criança com o dever de casa, e o cuidado indireto, como lavar louça e roupa, cozinhar, fazer compras para a casa, etc. Tais atividades podem ser prestadas no âmbito

¹ O trabalho reprodutivo pode ser entendido como todas as atividades laborais diretamente vinculadas à manutenção intergeracional da vida ou, dito em outros termos, necessárias à garantia da reprodução social.

² Hirway (2015) discute o conceito da abordagem do “triplo R”: reconhecer, reduzir e redistribuir. As pesquisas de uso do tempo se enquadram no primeiro caso, em que se busca visibilizar o trabalho não remunerado, o próximo passo seria reduzir as horas de trabalho não remunerado, fornecendo infraestruturas básicas, por exemplo. Por fim, o último objetivo seria redistribuir de forma mais igualitária, no âmbito familiar (entre homens e mulheres) e entre as instituições (público, privado e sem fins lucrativos).

público ou privado e podem ter remuneração ou não. **Embora frequentemente invisível, o trabalho de cuidado não remunerado é indispensável, tanto por contribuir para a capacidade produtiva, fornecendo bens e serviços gratuitos, quanto por garantir o bem estar dos indivíduos, das famílias e da sociedade.** Vale ressaltar que a distribuição desigual da responsabilidade pelo trabalho de cuidado não remunerado, exercido majoritariamente por mulheres, sobretudo as de baixa renda, reforça as desigualdades de gênero, raça e classe nas economias modernas (Ferrant, 2014; Hirata, 2014; ONU, 2017; Resende et al., 2023).

Um fator que acentua as desigualdades de raça e de gênero é a pobreza de tempo, isto é, a desigualdade de acesso a recursos (dinheiro, tecnologias, infraestrutura, entre outros) que reduzem ou redistribuem (realocando para outras pessoas) o tempo necessário para a realização do trabalho reprodutivo. Por exemplo, a falta de água encanada faz com que o trabalho de cozinhar seja muito mais difícil e demande mais tempo, uma vez que há um trabalho adicional de buscar água fora da residência (Hirway, 2015). Outro clássico exemplo é a insuficiência de creches para crianças pequenas, especialmente em periferias e bairros marginalizados, o que prejudica a inserção de muitas mulheres no mercado de trabalho formal e impõe, para muitas outras, uma luta cotidiana de conciliação entre maternidade e trabalho assalariado.

Um passo importante para o combate efetivo da pobreza de tempo é a mensuração das horas gastas em atividades de cuidado, que pode ser realizada por meio de diversas metodologias. Nesta nota, vamos abordar cada uma delas, considerando seus benefícios e desvantagens, com base nas recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), dando ênfase particular para a estratégia que ganhou maior destaque nos últimos dez anos: as Pesquisas de Uso do Tempo. **A mensuração do uso do tempo, ao fornecer informações valiosas com alto grau de detalhamento e abrangência das atividades de cuidado realizadas no âmbito do domicílio, cumpre o papel fundamental de visibilizar a distribuição do trabalho de cuidado entre a sociedade, o governo, as famílias e os indivíduos,** permitindo, assim, a elaboração e implementação devidamente monitorada de estratégias que coloquem o direito ao cuidado no centro das decisões públicas de combate às desigualdades de gênero, raça e classe e de democratização do acesso a infraestruturas básicas (Fontoura et al., 2010; Hirway, 2015).

Ademais, ao medirem o tempo gasto em atividades não remuneradas de cuidado em um sentido amplo (isto é, incluindo o cuidado direto e indireto), Pesquisas de Uso do Tempo ajudam a mensurar o valor desse trabalho, que, apesar de contribuir para o Produto Interno Bruto (PIB), não é contabilizado no Sistema de Contas Nacionais (SCN). Portanto, a

mensuração e a valoração do trabalho de cuidado não remunerado permite uma mudança de perspectiva e uma redefinição dos objetivos da política estatal, inclusive em termos de modelos de desenvolvimento. Cabe destacar que a valoração do trabalho não remunerado possui duas dimensões: a primeira refere-se à contabilização das horas gastas e a segunda diz respeito à atribuição de um valor monetário a essas horas³. Nessa nota, focaremos na primeira dimensão, uma pré-condição para o efetivo encaminhamento da segunda, que abordaremos brevemente.

Além desta introdução, a nota é dividida em mais quatro seções: a primeira seção busca fornecer um panorama da situação no Brasil, avaliando a disponibilidade, ou melhor, a escassez de dados sobre trabalho de cuidado não remunerado no país, e apontando para a formação de um consenso a respeito da necessidade de produção de estatísticas mais precisas e detalhadas sobre o tema; a segunda seção discorre sobre os diferentes tipos de pesquisa utilizadas para medir o tempo de trabalho de cuidado não remunerado, apontando para as recomendações da ONU no que se refere às suas vantagens e desvantagens; a terceira seção discute, com base no conceito de pobreza de tempo, a relevância de pesquisas de uso do tempo no desenho de políticas direcionadas para o combate das desigualdades de gênero, raça e classe. Por fim, a quarta e última seção apresenta nossas considerações finais.

2. Os limites da PNADc e a demanda pelo aprimoramento da produção de dados sobre trabalho de cuidado não remunerado no Brasil

O amplo acesso a informações sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado no Brasil representa uma estratégia central para a formulação e implementação de políticas públicas focalizadas, que direcionem recursos suficientes para atender às necessidades básicas das famílias. Como o nome já diz, pesquisas de uso do tempo são pesquisas que coletam dados a respeito do uso do tempo, isto é, de que maneira ele é distribuído entre atividades alternativas, como trabalho remunerado, deslocamento, trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, trabalho voluntário, autocuidado, aprendizado, lazer e atividades religiosas ou de socialização. A estratégia de enfrentamento ao problema da falta de dados a respeito dos trabalhos de cuidado não remunerado, marcados por um viés de gênero (e, em menor grau, de raça), se combinadas com uma gama de informações acerca das características sociodemográficas dos domicílios, permitem avaliar as particularidades das

³ Para uma discussão da mensuração monetária das horas gastas com trabalho não remunerado no Brasil e construção da conta satélite ver [Melo e Morandi \(2021\)](#).

diferentes estruturas familiares e como realidades distintas influenciam esse tempo de trabalho.

De acordo com Folbre (2018), as pesquisas de uso do tempo forneceram três principais evidências sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, são elas: i) as mulheres e, sobretudo, as mães dedicam muito mais horas ao trabalho de cuidado, quando comparadas aos homens; ii) mulheres trabalham mais horas totais do que os homens (ou seja, somando as horas de trabalho remunerado e não remunerado); e iii) quando as mães retornam ao mercado de trabalho, elas não reduzem o tempo gasto com o trabalho não remunerado.

Muitos países ainda não implementaram pesquisas independentes de uso do tempo, e esse é também o caso do Brasil. Contudo, o momento é favorável para se discutir o tema, visto que o atual governo lançou, em 2023, o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados junto a uma consulta pública para estabelecer as diretrizes de implementação da referida política. A iniciativa inédita de consulta pública no tema teve como objetivo: “ouvir a sociedade sobre qual Política Nacional de Cuidados é necessária para garantir o direito ao cuidado e apoiar as famílias brasileiras a cuidar”⁴. O debate é um avanço importante para estabelecer políticas de cuidado demandadas pela sociedade e avançar em direção à implantação de uma pesquisa de uso do tempo no Brasil. Com efeito, no contexto dessa agenda mais ampla, a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNCF) está em diálogo permanente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através de um Grupo Interministerial de Trabalho voltado para a realização de um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil, através da identificação das políticas, programas e os serviços já existentes.

É preciso reconhecer que a atual conjuntura tem precedentes (Fontoura et al., 2010). Desde a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, e sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, ampliou-se o espaço das demandas dos movimentos sociais de mulheres na agenda pública. Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), essa tendência se intensificou. Em particular, no que se refere às pesquisas de uso do tempo, um marco relevante dessa trajetória de reconhecimento da responsabilidade e do interesse do poder público na promoção da igualdade de gênero foi o compromisso de implementar a referida pesquisa no Brasil,

⁴ Para mais informações, clique [aqui](#).

expressamente assumido pelo governo no bojo do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM).

Nesse cenário, a primeira pesquisa piloto de uso do tempo no Brasil foi realizada pelo IBGE em 2001, nos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, no Estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo era subsidiar a implementação de uma pesquisa a nível nacional (Jesus, 2018). Anos depois, em 2009, o recém-criado Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT)⁵, composto por representantes do IBGE, do Ipea e da SPM⁶, coordenou a realização da primeira pesquisa de uso do tempo em âmbito nacional: uma amostra de 12 mil domicílios no Distrito Federal e em 4 Estados da Federação, Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul (Jesus, 2018). A metodologia de coleta baseou-se no modelo de diário (atividades realizadas ao longo das 24 horas do dia, com intervalos de 15 minutos, incluindo atividade principal e secundária)⁷ (Fontoura et al., 2010), em consonância com as recomendações da ONU, como veremos na próxima seção. Infelizmente, porém, os dados da pesquisa nunca foram oficialmente divulgados.

Apesar dessa surpreendente e ainda atual lacuna na produção de dados amostrais representativos sobre uso do tempo no Brasil, nossa principal pesquisa domiciliar oferece alguns insumos para a produção de estatísticas. Nesse sentido, com o intuito de avaliar circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis ao aprendizado escolar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (a antiga PNAD anual, antes de ser substituída pela PNAD Contínua) realizou, em 1982, duas perguntas sobre afazeres domésticos, restritas, contudo, a residentes com idade entre 4 e 18 anos: “Ajuda normalmente nos afazeres domésticos?” e “Quantas horas por semana normalmente ajuda nos afazeres domésticos?” (Jesus, 2018). Dez anos depois, já com o objetivo mais específico de abordar temas atrelados à desigualdade de gênero, o IBGE incluiu uma pergunta regular no formulário da PNAD, desta vez dirigida a todos os membros do domicílio, sobre a realização de afazeres domésticos (Fontoura et al., 2010).

A partir de 2001, além desse quesito (“Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?”), adotou-se um quesito complementar, que indagava o tempo despendido nessas

⁵ Fruto dos debates levantados no Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo, realizado no Rio de Janeiro, em 2007, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), com o apoio da Comunidade de Madri (Fontoura et al., 2010).

⁶ Também integraram o Comitê, enquanto convidados, o UNIFEM e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Fontoura et al., 2010).

⁷ Ademais, foram realizadas perguntas adicionais, como por exemplo: “se a pessoa se considera com pouco tempo; se gostaria de ter mais tempo e para que tipo de atividade; se tem tempo sobrando, entre outros. Ao final do preenchimento são feitas outras perguntas para saber se aquele foi um dia típico ou atípico e também para entender as dificuldades das pessoas para preencherem o diário” (Fontoura et al., 2010, p. 42-43).

atividades (“Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”). Apesar dos avanços, a definição de afazeres domésticos permanecia limitada (Jesus, 2018; Fontoura et al., 2010). A Tabela 1 apresenta as atividades que deveriam ser consideradas como trabalho doméstico não remunerado, segundo o manual do entrevistador da PNAD.

Tabela 1. Atividades enquadradas como afazeres domésticos, segundo o manual do entrevistador da PNAD anual:

Afazeres domésticos (PNAD anual)
Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia
Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es)
Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas
Cuidar de filhos ou menores moradores
Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas por Jesus (2018).

Como podemos ver, o cuidado de pessoas enfermas, idosos e pessoas com deficiência não era levado em consideração, assim como outras atividades relevantes para a vida doméstica: reparos e manutenção, organização do domicílio, compras, atividades não remuneradas em outros domicílios, entre outras (Jesus, 2018). Esses problemas foram mitigados, em parte, com a inclusão do módulo “Outras formas de trabalho” na quinta visita⁸ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), disponível para os anos de 2016 a 2022, com exceção dos anos 2020 e 2021⁹. O módulo apresenta dados sobre a realização e o número de horas gastas com as seguintes atividades não remuneradas: produção para próprio consumo, trabalho voluntário, cuidado de pessoas e afazeres domésticos. As Tabelas 2 a 5 apresentam as perguntas contidas no questionário por categoria de trabalho não remunerado.

Tabela 2. Produção para próprio consumo: perguntas contidas no módulo “Outras formas de trabalho”

⁸ A PNADc acompanha um mesmo domicílio ao longo de 5 trimestres consecutivos, realizando 5 visitas que devem resultar no preenchimento de um mesmo questionário regular (voltado a uma compreensão mais geral da dinâmica de inserção daquele domicílio no mercado de trabalho), bem como, a depender da visita, no preenchimento de módulos adicionais de perguntas, que visam abordar elementos específicos (e em regra, menos conjunturais) da realidade social daquele domicílio e de seus membros.

⁹ Os dados da quinta visita para 2023 ainda não haviam sido divulgados no momento da publicação desta nota.

Produção para próprio consumo
Exerceu atividades em cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação das pessoas moradoras do domicílio ou de parente? Quantas horas se dedicou em cada atividades?
Exerceu atividades na produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material destinado somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente? Quantas horas se dedicou em cada atividades?
Exerceu atividades na fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcólicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados somente ao próprio uso das pessoas do domicílio ou de parente? Quantas horas se dedicou em cada atividades?
Exerceu atividades de construção casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras destinadas somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente? Quantas horas se dedicou em cada atividades?

Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita.

Tabela 3. Trabalho voluntário: perguntas contidas no módulo “Outras formas de trabalho”

Trabalho Voluntário
Trabalhou, durante pelo menos uma hora, voluntariamente e sem remuneração?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para congregação religiosa, sindicato, condomínio, partido político, escola, hospital, asilo?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para associação de moradores; associação esportiva; ONG; grupo de apoio ou outra organização?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para moradores de uma comunidade ou localidade (limpando, dando aulas, participando de mutirão, organizando festas ou outros eventos etc.)?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para a conservação do meio ambiente ou proteção aos animais?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando tarefas domésticas ou de cuidados de crianças, idosos ou outras pessoas que necessitavam de cuidados especiais?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração para pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando serviços profissionais (de eletricista, pedreiro, advogado, contador, professor etc.)?
Trabalhou voluntariamente e sem remuneração em outro tipo de trabalho voluntário?
Com que frequência costuma trabalhar voluntariamente sem remuneração?
Quantas horas trabalhou voluntariamente e sem remuneração?
Exerceu esse trabalho para alguma empresa, organização ou instituição?

Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita.

Tabela 4. Cuidado de pessoas: perguntas contidas no módulo “Outras formas de trabalho”

Cuidado de pessoas
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais?
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)?
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: auxiliar em atividades educacionais?
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: ler, jogar ou brincar?
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio?
Realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas?
Realizou outras tarefas de cuidados a moradores deste domicílio?
Cuidou do morador 1? (obs.: mesma pergunta para os demais moradores, do 1 ao 30)
Cuidou de parentes que não moravam neste domicílio e que precisavam de cuidados (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais)?

Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita.

Tabela 5. Afazeres domésticos: perguntas contidas no módulo “Outras formas de trabalho”

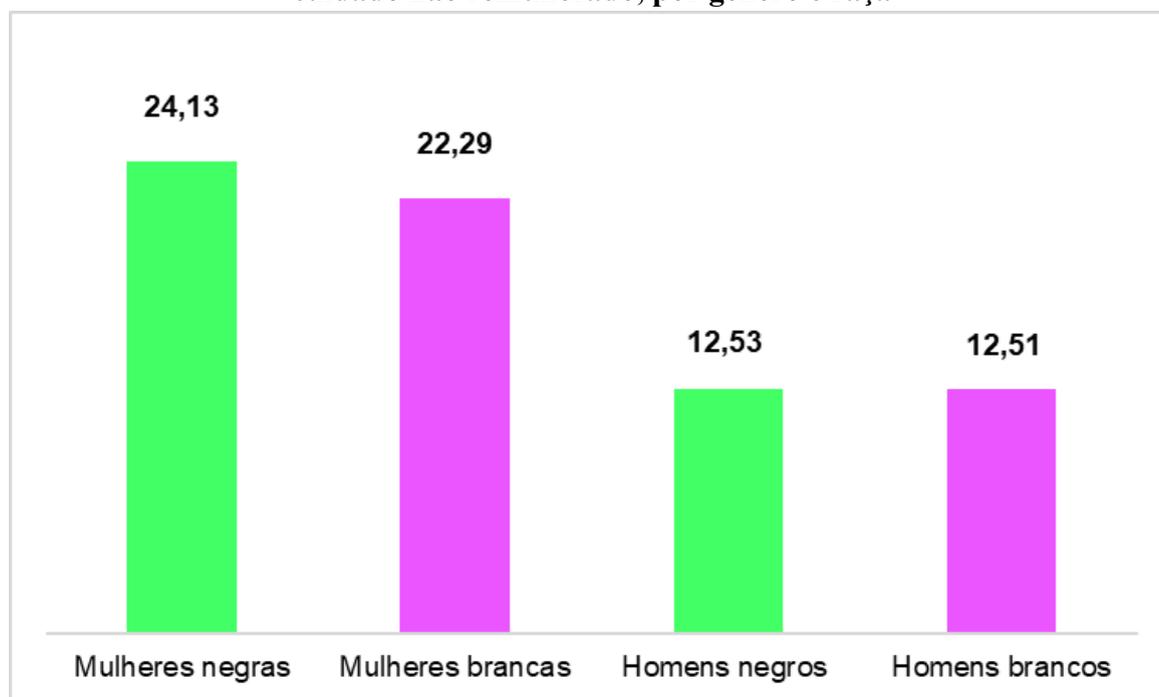
Afazeres Domésticos
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio?
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar dos animais domésticos?
Fez tarefas outras domésticas para o próprio domicílio?
Fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente?
Qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?

Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita.

A PNADc viabiliza a estimação de estatísticas relevantes do ponto de vista da interseção entre as desigualdades de gênero, raça e classe. Como mostra o Gráfico 1, em 2022, as mulheres chefes do domicílio ou cônjuges (negras e brancas) gastaram, em média, 23h por semana em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, 11h a mais do que os homens. Portanto, embora existam evidências de que o número médio de horas despendidas

com atividades não remuneradas de cuidado tenha se reduzido nos últimos anos¹⁰, essa dimensão da desigualdade de gênero ainda é significativa em nosso país. Além disso, as mulheres negras gastaram em torno de 2h a mais do que as mulheres brancas com essas atividades. Esse resultado é, em parte, explicado pela maior representatividade das mulheres negras nos estratos de renda inferiores (Bottega et al., 2021), uma vez que, conforme já documentado pela literatura (Fontoura et al., 2010; Jesus, 2018), à medida que se caminha para o topo da distribuição de renda, reduz-se o tempo médio gasto com trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Isso porque, embora a demanda por cuidado continue existindo, mulheres dos estratos superiores podem terceirizar a oferta, por exemplo, contratando babás e trabalhadoras domésticas.

Gráfico 1. Número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e/ou de cuidado não remunerado, por gênero e raça



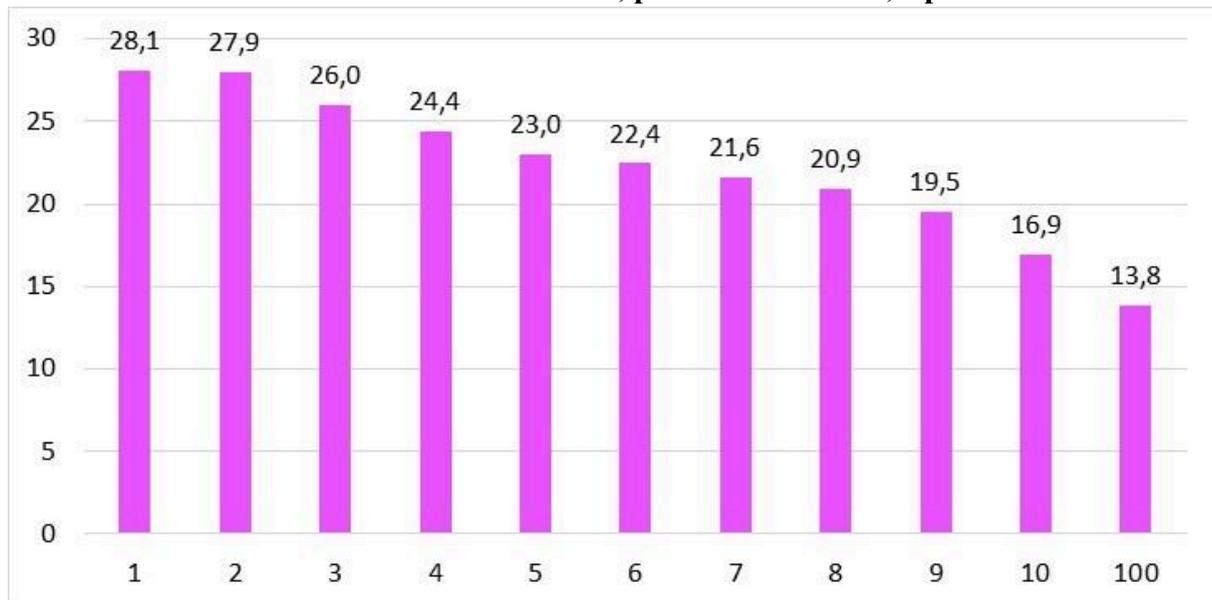
Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita (2022). Incluímos apenas homens e mulheres chefes do domicílio ou na posição de cônjuge.

O Gráfico 2 ilustra essa dinâmica entre pobreza de renda e pobreza de tempo. Em 2022, enquanto as mulheres pertencentes ao decil mais pobre (renda familiar per capita de até R\$ 344,99) despenderam, em média, mais de 28 horas por semana com atividades não remuneradas de cuidado (inclusive afazeres domésticos), as mulheres do decil mais rico

¹⁰ Com base na PNAD anual, Fontoura et al. (2010) estimam que, em média, em 2001, homens e mulheres gastavam, respectivamente, 10,9 e 29 horas com afazeres domésticos. Em 2008, o tempo médio havia se reduzido para 9,7 e 23,9 horas por semana, respectivamente.

(renda familiar per capita acima de R\$ 3.916,88) gastaram menos de 17 horas com essas responsabilidades, em média. No 1% do topo da distribuição (renda familiar per capita acima de R\$ 13.196,01), essa discrepância se torna ainda mais evidente: em média, as mulheres desse centil privilegiado não chegaram a dedicar 14 horas por semana a esse tipo de trabalho.

Gráfico 2. Número médio de horas semanais dedicadas por mulheres ao trabalho doméstico e/ou de cuidado não remunerado, por decis de renda, e para o último centil

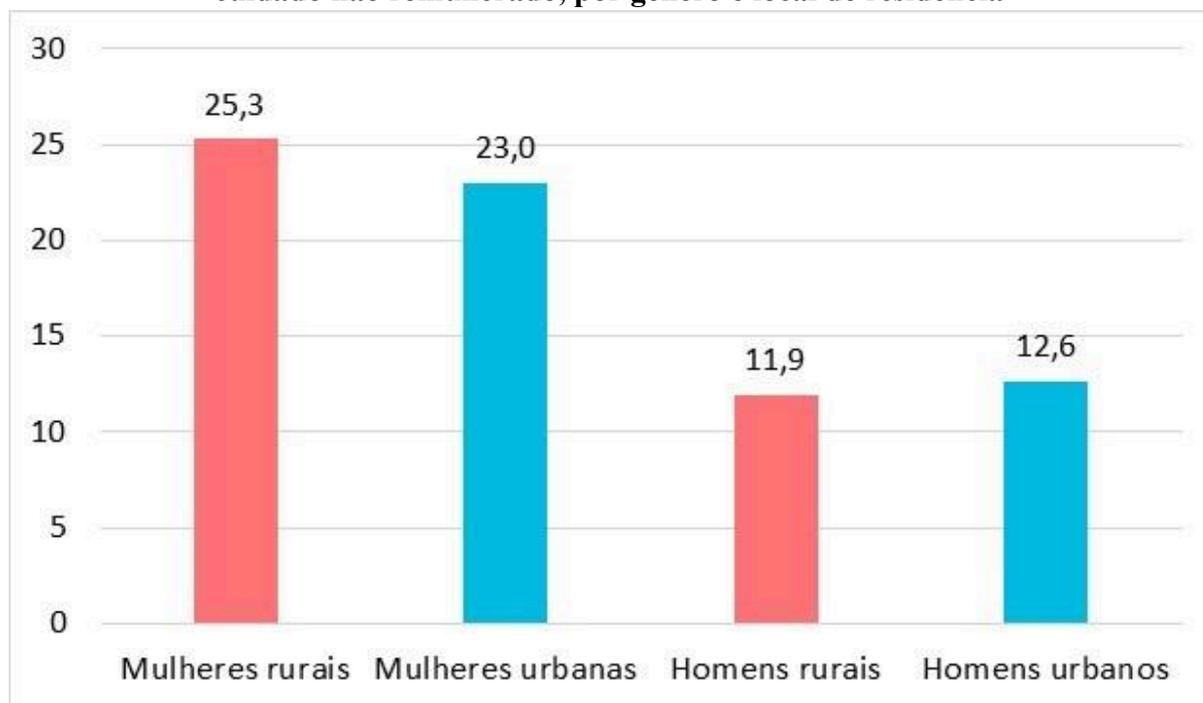


Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita (2022). Incluímos apenas mulheres chefes do domicílio ou na posição de cônjuge.

No mesmo sentido, mulheres negras estão sobrerrepresentadas na população rural, que apresenta uma divisão sexual do trabalho mais rígida do que aquela identificada para o meio urbano, como se vê no Gráfico 3. Em média, no ano de 2022, as mulheres rurais realizaram mais de 25 horas semanais de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, frente a 23 horas para mulheres urbanas¹¹. Por outro lado, homens rurais gastaram menos horas com essas atividades do que homens urbanos. Vale ressaltar que esses resultados subestimam a verdadeira discrepância de gênero no campo, no que se refere ao dualismo trabalho produtivo/reprodutivo, já que não contabilizam o tempo dedicado à produção para consumo próprio e da família, como o tempo dedicado por mulheres à agricultura de subsistência. Ademais, a subestimação do tempo despendido por mulheres com a produção agrícola para comercialização, visto por elas como uma extensão de suas responsabilidades pelo trabalho doméstico, já foi amplamente documentada, inclusive para o caso brasileiro (Singer, 1981; Fontoura et al., 2010; Resende, 2023).

¹¹ Essa discrepância ainda é significativa considerando o erro-padrão (0,191 e 0,116 para a média das mulheres rurais e urbanas, respectivamente).

Gráfico 3. Número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e/ou de cuidado não remunerado, por gênero e local de residência



Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita (2022). Incluímos apenas homens e mulheres chefes do domicílio ou na posição de cônjuge.

Além do módulo “Outras formas de trabalho”, no questionário regular da PNADc existem algumas informações sobre o trabalho não remunerado de cuidado na pergunta a respeito das razões¹² pelas quais uma pessoa não quis ou não pôde começar a trabalhar¹³, ou não tomou providências para conseguir um trabalho¹⁴. Das mulheres que estavam fora do mercado de trabalho em 2022, cerca de 31,84% responderam que não procuraram trabalho na semana de referência porque tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)¹⁵. Outros motivos determinantes foram: ausência de trabalho na localidade (26,39%); problemas de saúde e gravidez (17,63%); dificuldade de conseguir um trabalho adequado¹⁶ (9,29%).

¹² “Motivo pelo qual não procurou trabalho ou não gostaria de ter trabalhado ou não estava disponível para iniciar um trabalho”.

¹³ “Qual foi o principal motivo para ... não querer (poder começar a) trabalhar na semana de ... a ... (semana de referência)?”

¹⁴ “Qual foi o principal motivo de ... não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de ... a ... (período de referência de 30 dias)?”

¹⁵ Esse resultado nos permite questionar a validade do termo “nem, nem” quando falamos de mulheres de baixa renda, sobretudo daquelas que residem no meio rural. Com efeito, é possível ou mesmo provável que boa parte das mulheres que “nem estudam, nem trabalham” estejam, na verdade, ocupadas com trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Nesse caso, haveria um sub-investimento pessoal em educação pela necessidade de realizar tarefas indispensáveis à manutenção do domicílio e da vida familiar.

¹⁶ Vale pontuar que a dificuldade de conseguir um trabalho adequado pode ocultar a verdadeira razão do afastamento do mercado de trabalho, já que o trabalho não remunerado de cuidado torna o leque de opções

Gráfico 4. Motivo pelo qual as mulheres fora da força de trabalho não procuraram trabalho na semana de referência



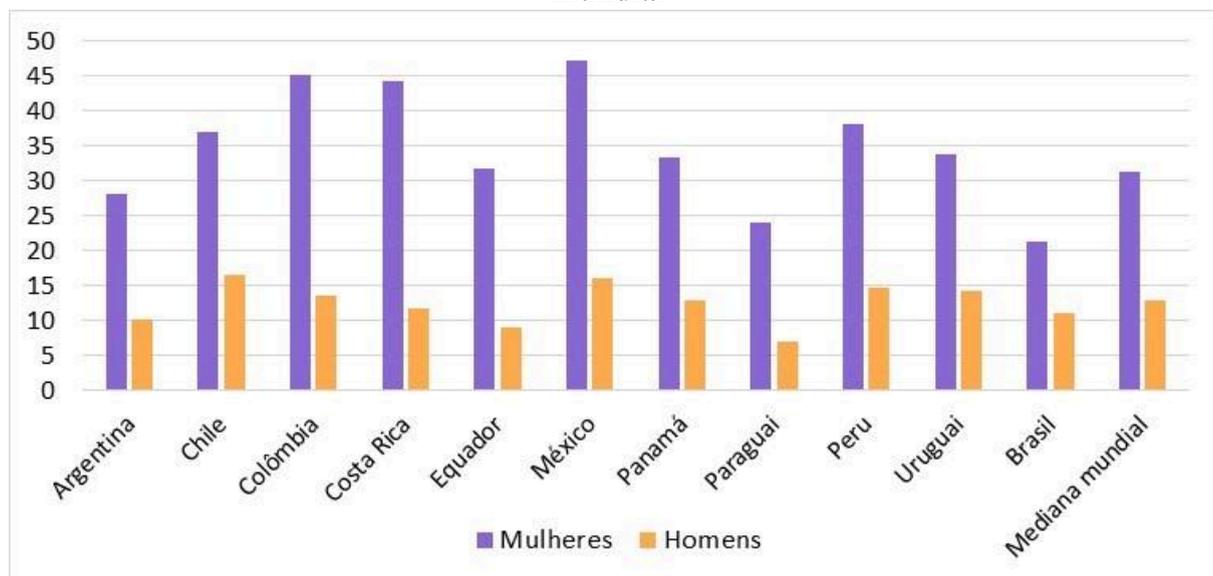
Fonte: elaboração própria com base na PNADc, quinta visita (2022). Incluímos apenas homens e mulheres chefes do domicílio ou na posição de cônjuge

Embora contenha informações valiosas a respeito do tempo despendido em atividades de cuidado em um sentido amplo (isto é, considerando o cuidado de pessoas e os afazeres domésticos), a PNADc ainda é insuficiente para atender às demandas por um maior nível de detalhamento, não só capaz de identificar o tempo gasto em cada atividade específica, como lavar a roupa, cuidar das crianças, cozinhar, entre outras, mas também capaz de fornecer estatísticas mais precisas a respeito do volume total de horas despendidas com essas atividades, com desagregação por gênero, raça, região e outras variáveis relevantes.

viáveis de trabalho remunerado muito menores. Isso está relacionado, inclusive, com a maior participação feminina no setor informal, mais flexível, e portanto, muitas vezes mais compatível com suas responsabilidades domésticas (Maloney, 2004).

Nesse sentido, é possível que o número médio de horas trabalhadas em atividades de cuidado não remuneradas esteja subestimado, sobretudo no caso das mulheres¹⁷. De fato, segundo as estatísticas disponíveis, evidenciadas no Gráfico 3, o Brasil seria o país da América Latina onde as mulheres gastam menos horas com trabalho de cuidado não remunerado, com uma média de 21 horas gastas por semana, enquanto países como a Colômbia, a Costa Rica e o México estimam um total acima de 40 horas semanais. Mais do que isso, a média de horas de cuidado realizadas por mulheres no país seria muito inferior à mediana mundial, o que não se justifica, visto que nossa região, incluindo o Brasil, é tradicionalmente dependente da oferta de serviços de cuidado no âmbito familiar (OIT, 2018).

Gráfico 5. Horas despendidas por semana com trabalho de cuidado não remunerado, desagregadas por gênero: média para países selecionados da América Latina e mediana mundial



Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas por Charmes (2019).

Essa distorção pode ser uma consequência dos limites do questionário da PNADc no que se refere à captação do número de horas efetivamente despendidas por homens e mulheres em atividades de cuidado não remuneradas. Isso porque, entre outras possíveis razões, a PNADc realiza apenas uma pergunta global a respeito do número de horas

¹⁷ Ao comparar o número de horas médias de trabalho não remunerado no Brasil e na Colômbia, Jordana Cristina de Jesus (2018) identifica que a subdeclaração de horas na PNAD anual parece estar associada à subnotificação do trabalho de cuidado em um sentido estrito, já que o número de horas médias de trabalho doméstico não remunerado (exclusive o cuidado de pessoas) é semelhantes entre os dois países. No caso da PNADc, permanecem dúvidas a respeito das razões dessa subdeclaração, em especial, porque a nova pesquisa apresenta a estrutura esperada para a curva de produção doméstica feminina ao longo do ciclo de vida, e todavia, contabiliza um número médio de horas de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado inferior ao estimado pela PNAD anual, para todas as faixas de idade.

destinadas à realização de atividades de cuidado (em sentido estrito) e afazeres domésticos ao longo de toda a semana de referência. Vale destacar que o número médio de horas de trabalho de cuidado (em sentido amplo) não remunerado estimado através da PNADc é, inclusive, inferior àquele estimado pela antiga PNAD anual, não obstante as limitações dessa pesquisa, como vimos (Jesus, 2018). Na próxima seção, vamos explorar a metodologia das pesquisas de uso do tempo, que buscam minimizar os desafios envolvidos na estimação do tempo gasto com essas atividades.

3. Metodologias para mensurar o tempo gasto em trabalhos não remunerados de cuidado

Com vistas a discutir os desafios e os caminhos para a implementação de pesquisas de uso do tempo e, em uma fase posterior, para a atribuição de valor monetário às horas de trabalho de cuidado não remunerado estimadas pelas pesquisas, de modo a contabilizá-las nas contas nacionais satélites¹⁸, a ONU (2017) lançou um guia de recomendações. Começando com a definição de trabalho não remunerado (p. 3), o guia destaca: “o trabalho de serviços domésticos não remunerados é constituído por dois elementos – trabalho de produção para consumo próprio e trabalho voluntário”.

No primeiro caso, o trabalho não remunerado – vale frisar, de produção de serviços, excluída a produção de bens – destina-se ao uso próprio, no âmbito da família, enquanto no segundo caso, o trabalho não remunerado é destinado a terceiros. Por exemplo, cozinhar para um membro da família é considerado trabalho para uso próprio. Em contrapartida, fazer a mesma atividade, mas para uma pessoa fora do núcleo familiar, é considerado trabalho voluntário. Portanto, para contabilizar o trabalho doméstico não remunerado é necessário identificar o tipo de atividade, o tempo gasto nessa atividade e o destinatário final (uso próprio ou voluntário)¹⁹.

Além disso, é essencial delimitar o que é trabalho de cuidado, que muitas vezes é confundido com o lazer. Para evitar essa confusão, Hawrylyshyn (1977) estipulou o “critério de terceiros”. Para o autor, uma atividade é produtiva apenas se ela pode ser delegada a outra

¹⁸ Contas satélites são contas que não integram a estrutura clássica do Sistema de Contas Nacionais, mas que aportam novos e importantes elementos às contas nacionais, de modo a fornecerem uma compreensão mais profunda do significado de atividade econômica e crescimento econômico, sem alterar o procedimento original de cálculo desse sistema nem colocar em xeque sua relevância.

¹⁹ Outra questão importante a se considerar é o tamanho da cobertura populacional que, em regra, considera os residentes habituais do país. Além disso, deve-se estabelecer a faixa etária do potencial prestador dos serviços, que dependerá do contexto do país. Contudo, recomenda-se uma abrangência de idade mínima de pelo menos 15 anos para facilitar a comparação entre países.

pessoa, por exemplo: limpeza, manutenção da casa, prestação de ajuda, compras, entre outras. Por outro lado, as atividades que só beneficiam quem as realiza não atendem ao critério de terceiros e fazem parte apenas do lazer, por exemplo, assistir um filme. Embora não possam ser excluídas pelo critério de terceiros, atividades não remuneradas de produção de bens não estão inseridas no conceito de trabalho de serviços não remunerados para uso próprio, como é o caso da produção de vestuário, caça, pesca e coleta de lenha. Essas atividades, apesar de serem produtivas e não remuneradas, já são contabilizadas como parte das contas nacionais. Portanto, restringindo o escopo da economia do cuidado, o guia da ONU não inclui atividades de produção de bens para consumo próprio (ver Tabela 2), o que pode ser questionável se buscamos focar todas as atividades não remuneradas essenciais à provisão familiar (Folbre, 2018).

Uma vez definido o que são atividades de cuidado não remuneradas, discutem-se os critérios metodológicos para elaboração dos questionários de pesquisa. Em primeiro lugar, é necessário identificar as características populacionais subdividindo os grupos. Para isso, alguns critérios devem ser seguidos, por exemplo: residência subnacional, gênero, raça, situação familiar, número de filhos, idade do filho mais novo, situação na força de trabalho, entre outros. Nesse sentido, pesquisas de uso do tempo realizadas no bojo de outras pesquisas, por exemplo, pesquisas domiciliares como a PNADc, contam com a vantagem de poder aproveitar as informações que já foram coletadas para outros fins.

No que se refere à aplicação do questionário, existem duas metodologias distintas, uma delas subdividida em dois tipos de estratégia: *diários* (completo ou *light*) e *perguntas estilizadas*. Há que se considerar, também, o *registro de atividades secundárias/simultâneas*, em regra, atrelado ao emprego de diários completos. Vejamos, portanto, as especificidades de cada uma dessas metodologias de coleta. Os diários buscam capturar o cotidiano completo dos respondentes, e normalmente cobrem as 24 horas do dia. Sua grande vantagem é a possibilidade de acompanhar sucessivamente as atividades realizadas pelo respondente, o que reduz os riscos de omissão, esquecimento ou distorção (sobrevalorização ou subvalorização do tempo gasto com determinada atividade)²⁰. O registro é realizado de acordo com um cronograma pré-estabelecido, com intervalos de 5 a 60 minutos.

O *diário completo* é realizado sem o auxílio de uma lista de atividades pré-definidas, e portanto, exige a posterior codificação das tarefas realizadas. Apesar da maior flexibilidade conferida ao respondente, que não está sujeito a um rol taxativo de atividades, existe um alto

²⁰ Atividades que podem ser facilmente esquecidas, como regar as plantas, escovar os dentes, arrumar a cama, entre outras, são melhor captadas nesse formato de pesquisa.

custo envolvido, tanto para o respondente, que deve fornecer informações detalhadas a respeito do uso de seu tempo, como para o processamento das informações, pois as respostas abertas precisarão ser classificadas e codificadas, de modo a viabilizar sua análise.

Uma possível alternativa é a aplicação do *diário simples*, que apresenta uma lista pré-estabelecida que não ultrapassa 30 atividades diárias e que devem obrigatoriamente cobrir todas as possíveis atividades a serem realizadas ao longo de um dia inteiro, sob o risco de o respondente não encontrar, na lista pré-fixada, as atividades equivalentes às que realizou, deixando em aberto certos períodos das 24 horas. Essa metodologia tem a vantagem de preservar, em boa medida, o detalhamento do diário completo, sem o ônus de processamento de respostas abertas. Além disso, diminui o custo do respondente, reduzindo suas opções de resposta e viabilizando seu assessoramento, já que o questionário não precisa ser diretamente respondido por ele, de forma escrita, em suas próprias palavras.

A esse respeito, com vistas a padronizar as pesquisas de uso do tempo ao redor do mundo, a ONU (2005; 2021) criou o Sistema de Classificação Internacional de Atividades para as Estatísticas de Uso do Tempo (ICATUS, na sigla em inglês, *International Classification of Activities for Time Use Statistics*), compatível com o Sistema de Contas Nacionais e adequado para a inclusão de atividades não remuneradas em contas satélites. A classificação, que foi atualizada e aprimorada com base na experiência dos países que a adotaram, considera todas as atividades que um indivíduo pode realizar ao longo de um dia, segmentadas em nove grupos distintos, conforme a Tabela 6. Cada um desses grupos é subdividido em atividades específicas que, por razões de escopo, não serão explicitadas aqui. Ainda assim, vale ressaltar que as perguntas detalhadas no módulo “Outras formas de trabalho” (PNADc) seguem, em boa medida, essa classificação²¹.

Tabela 6. Grupos de atividades segundo a classificação ICATUS 2016:

²¹ Outra possível fonte de inspiração para as perguntas deste módulo da PNADc é a *Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe* (CAUTAL), pensada para as necessidades e características da região (Jesus, 2018).

ICATUS 2016
Emprego remunerado e atividades relacionadas
Produção de bens para uso próprio
Serviços domésticos não remunerados para o domicílio e membros familiares
Serviços de cuidado não remunerados para o domicílio e membros familiares
Trabalho voluntário, de aprendiz ou outro trabalho não remunerado
Aprendizado
Socialização e comunicação, participação comunitária, práticas religiosas
Cultura, lazer, prática de esportes e consumo de mídias de massa
Auto-cuidado

Fonte: elaboração própria com base na publicação da ONU (2021).

Antes de abordarmos o caso das perguntas estilizadas, devemos explicitar o que são as *atividades secundárias ou simultâneas*, já que estas, em regra, são melhor captadas por meio dos diários. Para compreender o conceito, vale a pena ilustrarmos com um exemplo: é extremamente comum que mulheres tomem conta de seus filhos ao mesmo tempo em que realizam outras atividades, como trabalhar em home-office, costurar, assistir televisão, lavar a louça, varrer a casa ou cozinhar. Além da tarefa de supervisão (de crianças, idosos ou pessoas com deficiência), a forma mais comum de atividade simultânea, é possível enquadrar outras tarefas nessa categoria, como a atividade de ensino (por exemplo, cozinhar e simultaneamente ajudar a criança a fazer o dever de casa). Por não representarem atividades isoladas, cujo tempo de realização é destinado exclusivamente para elas, são frequentemente omitidas em pesquisas que não buscam ativamente identificá-las.

Por fim, temos a metodologia das *perguntas estilizadas*, nas quais os entrevistados relatam o tempo gasto em determinadas atividades, seguindo uma lista pré-definida. A principal vantagem dessa estratégia é o baixo custo de sua implementação. Por outro lado, o guia da ONU alerta para o risco de sobre-estimação (ou, podemos acrescentar, subestimação) do tempo despendido nessas atividades, já que esse formato de pesquisa, menos sistemático, aumenta as chances de que expectativas, crenças e normas sociais interfiram nas respostas dos entrevistados (Jesus, 2018). Ademais, o nível de detalhamento desse tipo de pesquisa é muito inferior ao fornecido pelos diários, mas, como reconhece o guia, se o intuito for apenas estimar o volume total de horas não remuneradas de trabalho de cuidado, o método pode ser útil, caso os problemas recorrentes de estimação sejam abordados e solucionados.

Ante o exposto, o módulo “Outras formas de trabalho” na quinta visita da PNADc aproxima-se desse tipo de metodologia, embora seja difícil classificá-lo como uma pesquisa de uso do tempo, já que a lista pré-fixada de atividades abordadas pelo questionário

restringe-se a poucas atividades, e as respostas disponíveis para análise são do tipo sim/não (realizou ou não a atividade na semana de referência), e não do tipo, quantas horas foram despendidas com a atividade. Apenas o número total de horas despendidas com atividades de cuidado não remuneradas é divulgado, o que evidencia a importância de se discutir as lacunas do método utilizado atualmente para levantamento de dados sobre o tema.

Quanto à forma de coleta dos dados, esta pode ser realizada via entrevistas ou entrega de diários, os quais são deixados com os entrevistados e recolhidos posteriormente. As perguntas estilizadas, no geral, são realizadas mediante entrevista, sejam elas pessoais ou por telefone. Em regra, a referência de tempo é de um dia completo (24 horas), que pode ser em relação às atividades feitas no dia anterior ou no próprio dia em que se preenche o diário. É também possível que a referência de tempo seja mais ampla, uma semana, por exemplo, embora isso possa intensificar os problemas já mencionados de omissão, esquecimento e distorção. Além disso, deve-se levar em conta a sazonalidade de algumas atividades, como no caso de cuidado de crianças durante os períodos de férias, ou jardinagem durante os meses de verão.

Uma vez coletados os dados, apresenta-se o desafio de mensurar o valor do trabalho não remunerado de cuidado. Embora esse não seja o objetivo da presente nota, é pertinente e relevante elucidar alguns aspectos dessa discussão. Como demonstraram as autoras/economistas feministas (Folbre, 2015; 2018; Hirway, 2015), bem como autores como Kuznets et al. (1944) e Clark (1958), o bem-estar econômico associado à realização desse tipo de trabalho não é capturado pelo Produto Interno Bruto e sua não contabilização pode subestimar o valor da renda nacional, o que traz à tona a necessidade de se criar estratégias para atribuir valor monetário ao referido trabalho, mensurando, assim, sua contribuição para a economia. Uma maneira viável de mensurar o valor do trabalho não remunerado é imputar um salário para cada atividade.

A imputação dos salários pode ser feita de duas maneiras. A primeira é por meio do *custo de oportunidade*, em que se multiplica o salário/hora de quem executa o trabalho pelo tempo gasto em atividades domésticas. Por exemplo, uma advogada teria o valor do seu salário imputado ao tempo gasto em afazeres domésticos. A segunda seria pelo *custo de reposição*, que pode ser baseado em salário de *especialista* ou *generalista*. No primeiro caso (salário de especialista), se imputa o salário dos profissionais de mercado, por exemplo, a atividade ‘cozinhar’ seria contabilizada pelo mesmo salário de um assistente ou chefe de cozinha, e a atividade ‘cuidar de crianças’, com o salário de uma babá. No segundo caso (salário de generalista), são utilizados os salários médios das empregadas domésticas. Alguns

países como México, Canadá e Austrália, utilizam o método híbrido em que são atribuídos salários generalistas para atividades domésticas em geral e trabalhos mais complexos são computados com salários especializados, como no caso de cuidados com crianças e idosos. O guia da ONU recomenda a valorização do tempo de trabalho não remunerado a partir dos salários generalistas brutos (antes de impostos).

4. Pobreza de tempo, políticas de cuidado e desigualdades de gênero, raça e classe

Políticas públicas que busquem remediar as causas e consequências associadas à indisponibilidade de tempo das mulheres, em particular as negras e pobres, são centrais para combater o caráter multidimensional da pobreza. Para mapear as consequências da disparidade no uso do tempo entre mulheres (e homens) que vivenciam diferentes contextos socioeconômicos, o conceito de “pobreza de tempo” é particularmente útil, pois coloca no centro do debate uma dimensão da pobreza comumente desconsiderada: a disponibilidade de tempo para o exercício de todas as atividades necessárias à reprodução da vida, entre elas, o trabalho remunerado, atividades domésticas e de cuidado, atividades de lazer, de autocuidado e de desenvolvimento pessoal.

A abordagem de pobreza de tempo foi originalmente apresentada por Vickery (1977) e posteriormente adotada por outros autores, como Harvey e Mukhopadhyay (2007) e adaptada por Zacharias (2011). Uma proposição central dessa abordagem é considerar os limites da interpretação tradicional da pobreza de renda, que, via de regra, ignora a escassez de tempo enfrentada por muitas mulheres para conciliar o exercício de um trabalho remunerado com o trabalho de cuidado não remunerado, ambos essenciais à reprodução. Isso ocorre porque o tempo gasto em atividades voltadas para gerar renda consome o tempo disponível para as demais atividades, também necessárias à sustentação da vida. Essa situação se agrava ao considerarmos que são justamente mulheres de famílias de baixa renda que precisam aumentar seu tempo de trabalho não remunerado para compensar a falta de acesso a infraestruturas básicas e tecnologias que amenizam os custos de reprodução da vida, como água encanada, luz, gás e eletrodomésticos.

Mulheres pobres, sobretudo em países de baixa renda, realizam “horas extras domésticas” (ou em inglês *household overhead time* (HOT)²²), isto é, gastam mais tempo do que outras mulheres com trabalho doméstico não remunerado. Como vimos, no Brasil, isso é

²² *Household overhead time* (HOT) é o tempo mínimo gasto por uma família em atividades domésticas e na administração do lar (Hirway, 2015).

verdade para mulheres negras, rurais e/ou pertencentes aos estratos inferiores de renda. Isso significa que elas têm muito menos tempo de descanso e lazer, ou mesmo para aprimorar seus conhecimentos, investindo em educação ou capacitação profissional. Além disso, muitas vezes a falta de tempo para atender à demanda por cuidado de seus filhos acaba prejudicando o desenvolvimento das crianças, comprometendo também as próximas gerações, que também precisarão enfrentar a realidade da pobreza de tempo (Hirway, 2015).

É preciso lembrar que a pobreza de tempo é também um reflexo da omissão do poder público, que tem o dever de garantir bens e serviços básicos à população, bem como conferir proteção social aos mais vulneráveis, isto é, famílias cujo acesso àqueles bens e serviços é, por alguma razão, precarizado, e indivíduos que, por conta dessa restrição de acesso, bem como por razões geográficas e/ou de estigma social, acessam menores oportunidades (Rodrigues et al., 2024). Assim, a negligência do Estado com relação ao cumprimento de seu compromisso constitucional para com o bem-estar de seus cidadãos, ou mesmo sua incapacidade econômica e/ou política de fazer valer esse papel, tem sua expressão, em termos concretos, na pobreza de tempo de mulheres sobrecarregadas. Conforme Folbre (p. 2, 2018, tradução nossa): “na maioria das regiões em desenvolvimento, onde os orçamentos governamentais são sufocados e o emprego informal é um fenômeno preocupante, os membros familiares proveem a maior parte dos serviços de cuidado”.

Nesse sentido, políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do caráter multidimensional e interseccional da pobreza são fundamentais para minimizar e, ao fim e ao cabo, erradicar a pobreza de tempo de mulheres negras e pobres, sobretudo no meio rural: políticas de renda básica, de reforma agrária e de proteção à agricultura familiar, políticas de emprego, políticas afirmativas, creches e escolas de tempo integral, instituições de cuidado temporário ou permanente de idosos, políticas de expansão do acesso à saúde e ao saneamento básico, e políticas de melhoria da mobilidade urbana, todas essas medidas podem e devem ser tomadas para responder ao desafio da pobreza de tempo, associado à transversalidade das desigualdades de gênero, raça e classe.

Além disso, conforme evidenciamos ao longo desta nota, há também um problema na coleta de dados, pois as estatísticas oficiais de pobreza não são capazes de mensurar esse problema complexo em toda a sua extensão. A distribuição conjunta da pobreza de tempo e de rendimentos difere substancialmente entre os subgrupos populacionais, dependendo de fatores como: gênero, raça, distribuição de renda, número de pessoas residentes no domicílio, presença de crianças, local de residência (rural ou urbano, centro ou periferia, horas de deslocamento para os postos de trabalho e para o cumprimento das tarefas de cuidado),

acesso a empregos formais ou informais pelos membros da família, entre outros. Nesse sentido, Hirway (2015) argumenta que os dados que tentam captar a profundidade da pobreza geralmente são imprecisos e aqueles que dizem respeito à tendência da pobreza, muitas vezes, são enviesados.

Como alternativa, a autora propõe o mapeamento conjunto da pobreza de tempo e dos rendimentos, que “pode revelar vulnerabilidades que, até agora, permaneceram ocultas – embora ao longo de todo o tempo tenham afetado, de formas distintas, diferentes segmentos da população” (Hirway, p. 8, 2015, tradução nossa). No mesmo sentido, Antonopoulos et al. (2012) também propõem uma medida alternativa de pobreza²³, mais adequada do que as estatísticas tradicionais, e que se torna possível por meio das pesquisas de uso do tempo. Em suas palavras (p. 11, tradução nossa), a medida evidencia “os pobres ocultos”, aqueles com rendimentos superiores ao limiar oficial de pobreza, mas não suficientemente elevados para compensar os seus déficits de tempo”.

5. Considerações finais

Pesquisas de uso do tempo são um marco no que se refere à produção adequada de estatísticas sobre desigualdades estruturais, em particular, a desigualdade de gênero. Entre outras vantagens, elas **permitem, em primeiro lugar, visibilizar o trabalho das mulheres e sua contribuição para o desenvolvimento econômico da forma mais ampla, inclusiva e rigorosa possível**: dados sobre o uso do tempo evidenciam não só o trabalho não remunerado, desconsiderado por estatísticas restritas à análise do mercado de trabalho formal, mas também o próprio trabalho remunerado, já que é frequente a confusão, no cotidiano das mulheres, entre as esferas produtiva e reprodutiva. Assim, torna-se viável a captação e contabilização de atividades intermitentes, sazonais, simultâneas, entre outras.

Uma segunda contribuição das pesquisas de uso do tempo é o fornecimento de **informações capazes de dimensionar a pobreza de tempo, associada à feminização da pobreza**: considerando que as estruturas de gênero, raça e classe se interseccionam para

²³ A medida LIMTIP ou *Levy Institute Measure of Time and Income Poverty* segue 4 etapas: i) separação das famílias em 12 tipos de domicílio, levando em conta o tempo gasto em atividades de produção e o rendimento familiar; ii) cálculo da insuficiência de tempo, que busca verificar se o tempo necessário em atividades remuneradas e não remuneradas excede a quantidade de horas semanais (> 168 horas). Quanto maior o déficit de tempo, maior a pobreza de tempo; iii) possibilidade de reduzir o tempo gasto com cuidados infantis, refeições, educação, serviço doméstico, entre outros, com substitutos de mercado. Se esses bens não puderem ser comprados para suprir o déficit de tempo do agregado familiar, pode-se dizer que os déficits são indutores de pobreza; e iv) por fim, o cálculo da incidência da pobreza a partir do LIMTIP, o qual capta informações que os números oficiais não conseguem exprimir.

produzir vulnerabilidades específicas, o combate à perpetuação da pobreza ao longo de gerações passa pela compreensão de seu caráter multifacetado e da interação dinâmica entre pobreza de tempo e pobreza de renda. Portanto, os vieses das estatísticas oficiais sobre pobreza podem e devem ser remediados com base em dados sobre uso do tempo.

Por fim, esse tipo de pesquisa **viabiliza a formulação de políticas públicas baseadas em evidência**: as pesquisas de uso do tempo devem orientar a Política Nacional de Cuidados, permitindo que o reconhecimento do trabalho não remunerado de cuidado seja um importante passo em direção à redução e redistribuição do ônus da responsabilidade pela oferta de cuidado no Brasil, bem como à garantia de recompensa adequada aos prestadores desse serviço essencial. Isso passa pelo fortalecimento da infraestrutura social de cuidado financiada pelo Estado e pela promoção de uma maior equidade de gênero no âmbito familiar.

Por essas razões, **recomenda-se a instituição de uma pesquisa de uso do tempo, a ser realizada periodicamente, a cada 5 anos, de modo a detalhar e aprofundar as informações obtidas anualmente pela PNADc**. Para além das vantagens mencionadas acima, um aspecto relevante da implementação dessa pesquisa é a possibilidade de enfrentar as limitações da PNADc no que diz respeito à visibilização do trabalho das mulheres rurais, historicamente subestimado por pesquisas com enfoque no mercado de trabalho. Por outro lado, **o módulo “Outras formas de trabalho”** dessa pesquisa domiciliar não deve ser suprimido. Ao contrário, **deve ser aprimorado**, com a disponibilização de informações a respeito do tempo despendido em cada atividade presente nas perguntas estilizadas. Isso porque, conforme a experiência internacional, **é muito importante diversificar as fontes de dados sobre o uso do tempo, já que sua coleta está sujeita a distorções, omissões e vieses**. O uso combinado de mais de um método de coleta permite atenuar esses problemas potenciais. Assim, a adoção de ambas as pesquisas pelo IBGE levará o Brasil a um novo patamar de rigor e produção de estatísticas, baseadas em recomendações internacionais e atentas às necessidades concretas da população.

6. Agradecimentos

As autoras agradecem a Gilberto Tadeu Lima e Lucca Henrique Rodrigues pelas cuidadosas sugestões e comentários. Eventuais erros e omissões presentes na nota são de responsabilidade exclusiva das autoras.

7. Referências

Antonopoulos, R; Masterson, T.; Zacharias, A. The interlocking of time and income deficits: Revisiting poverty measurement, informing policy responses. *United Nations Development Programme*, 2012.

Bottega, A.; Bouza, I.; Cardomingo, M.; Nassif-Pires, L.; Pereira, F. P. (2021). Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil. *Made-USP*, Nota de política econômica nº 18.

Charmes, J. (2019). The Unpaid Care Work and the Labour Market. An analysis of time use data based on the latest World Compilation of Time-use Surveys. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/unpaid-care-work-and-labour-market-analysis-time-use-data-based-latest>. Organização Internacional do Trabalho (OIT). 159p.

Clark, C. The Economics of House-Work. *Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics*, vol. 20, No. 2, 1958, pp. 205-211.

Ferrant, G.; Pesando, L. M.; Nowacka, K. (2014). Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes. *OECD Development Centre*.

Folbre, N. (2015). Valuing Non-market Work. *UNDP Human Development Report Office*. 14p.

Folbre, N. (2018). Developing care: Recent research on the care economy and economic development. *International Development Research Centre*. 36p.

Fontoura, N.; Pinheiro, L.; Galiza, M.; Vasconcelos, M. (2010). Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1.

Harvey, A.; Mukhopadhyay, A. K. (2007). When TwentyFour Hours is not Enough: Time-Poverty of Working Parents. *Social Indicators Research*, 82, 57-77.

Hawrylyshyn, O. Towards a definition of non-market activities. *Review on Income and Wealth*, vol. 23, No. 1 (March), 1977, pp. 79-96.

Hirway, I. (2015). Unpaid Work and the Economy: Linkages and Their Implications. *Levy Economics Institute of Bard College*.

Jesus, J. C. (2018). *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Tese de Doutorado em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 121p.

Kuznets, S. et. al. (1944). National Product, War and Prewar: Some Comments on Professor Kuznets' Study and a Reply by Professor Kuznets. *The Review of Economic Statistics*, vol. 26, No. 3(August), pp. 126-135.

Maloney, W. F. (2004). Informality Revisited. *World Development*, 32(7):1159–1178.

OIT (2018). Care work and care jobs for the future of decent work. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf. *Organização Internacional do Trabalho*. 478p.

ONU (2005). Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work. *United Nations*, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 387p.

ONU (2017). Guide on Valuing Unpaid Household Service Work. Disponível em: <https://unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/2018/ECECESSTAT20173.pdf>. *United Nations Economic Commission for Europe (UNECE)*, 166p.

ONU (2021). International Classification of Activities for Time-Use Statistics 2016. *United Nations*, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 118p.

Resende, A. M. et al. (2023). Raízes e panorama do trabalho doméstico remunerado no Brasil: reprodução social e algumas de suas contradições. *Made-USP*, Nota de política econômica nº 38.

Resende, A. M. (2023). *Resisting proletarianisation in the subsistence sector: social reproduction of gendered and racialised classes of labour*. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 99p.

Rodrigues, L. H. G; Brito, E.; Nassif-Pires, L.; Resende, A. M. (2024). Oferta de serviços de cuidado no Brasil a partir de um Indicador de Infraestrutura Social de Cuidado Direto e Recorrente. *Made-USP*, Nota de política econômica (no prelo).

Singer, P. (1981) *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vickery, C. (1977). The Time-Poor: A New Look at Poverty. *The Journal of Human Resources*, 12(1), 27-48.

Zacharias, A. (2012). The Measurement of Time and Income Poverty. *Levy Economics Institute of Bard College*, Working Paper 690 (October). Annandale-on-Hudson, NY.